

# Sarney quer Constituinte menos radical

19 JUN 1987

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente José Sarney não quer interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, embora como cidadão não deixe de emitir suas opiniões. Mas ontem ele deixou de lado a sua posição e disse ao deputado Lúcio Alcântara (PMDB-CE) que existe "uma necessidade de romper com o processo de radicalização, com todo respeito à soberania da Assembléia Nacional Constituinte".

Foi a primeira vez que o presidente Sarney reconheceu que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte estão caminhando para o lado radical. Essa crítica, por sinal, foi feita por Sarney, embora não de forma tão direta, durante a sua entrevista coletiva no Palácio do Planalto, achando que os constituintes ainda estão com mentalidade dos anos 50, quando eram discutidos os temas que estão sendo tratados, e que alguns são considerados problemas menores.

Depois de sua queixa, Sarney ouviu de Alcântara que é muito difícil se conseguir um consenso dos constituintes defendendo o regime presidencialista, quando a tendência da Assembléia Nacional Constituinte é aprovar o sistema parlamentarista híbrido, ao contrário do que prega o Presidente, Poder Executivo com um parlamento forte. Ele não acredita muito no sucesso do presidente do PFL, Marco Maciel, que vem tentando costurar um "acerto político" com os partidos, começando pelo PT e PDT.

O presidente Sarney, que recebeu em audiência 19 parlamentares do PMDB e do PFL, vem acompanhando as discussões com muita atenção, como observou o deputado Aécio Neves (PMDB-MG), ao deixar o gabinete presidencial. Ele saiu surpreendido, porque Sarney lhe mostrou uma coleção de discursos do ex-presidente Tancredo Neves sobre o sistema parlamentarista. Segundo argumento de Sarney, Tancredo achava que o regime é ideal para países mais evoluídos politicamente.

Ao deputado Expedito Machado (PMDB-CE), Sarney disse que alguns pontos aprovados pelas comissões temáticas precisam ser alterados e para isso os partidos serão consultados. Machado acha que é preciso fazer a experiência do parlamentarismo, pois da forma que está sendo proposto, o primeiro-ministro vai ser, na realidade, o chefe do Gabinete Civil da Presidência, já que vai coordenar os ministros com exceção dos militares, que ficam subordinados diretamente ao Presidente.

Ele acha que os pontos considerados críticos pelo presidente Sarney precisam ser negociados com entusiasmo, porque a Constituição não pode ser radical nem conservadora, para não frustrar a população brasileira. Com a negociação, ele acredita que a nova Carta Magna do País pode ser promulgada antes da data prevista.

## OPINIÃO

Ao deputado Aécio Neves Cunha (PMDB-MG), neto do ex-presidente Tancredo Neves, Sarney disse que o individualismo de alguns constituintes, que se preocupam em fazer uma Constituição "própria", está atrapalhando o andamento da Constituinte.

Embora deixasse claro que como Presidente da República não pode interferir na Constituinte, Sarney disse que como cidadão tem o direito de opinar. O Presidente também fez questão de ressaltar que não estava "criticando" a Constituinte, mas simplesmente manifestando "apreensão e preocupação". Negou ao deputado Aécio Cunha, ainda, que pretenda com suas opiniões "tutelar" a Constituinte.

O Presidente, segundo o relato de Aécio, fez um acerto que deve ser levado em consideração. Para o Presidente, em algumas comissões houve avanço, enquanto em outras registrou-se até mesmo um certo retrocesso. Acha, também, que faltou objetividade nos trabalhos iniciais da Constituinte.

## OAB teme retrocesso

Belem — O Brasil corre um sério risco de um retrocesso em termos do estabelecimento de uma nova ordem econômica e social, advertiu ontem pela manhã o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, ao analisar para a imprensa o relatório da Comissão de Ordem Econômica da Assembléia Constituinte, que em sua opinião representa "um recuo não a ideias avançadas ou progressistas, mas em relação ao próprio Estatuto da Terra, um documento de 1964, concedido sob um regime militar".

Ele defendeu a reforma agrária como condição primeira para a pacificação no campo e disse que "nenhum país pode pensar em democracia sem uma reforma agrária efetiva, que fixe o homem à terra, que crie uma vocação agrícola e que propicie internamente um mercado consumidor". E acrescentou: "O Brasil não pode continuar sendo um shopping-center internacional. Não somos uma Singapura ou Hong Kong".

Manifestando a convicção de que na passagem das comissões técnicas para a Comissão de Sistematização da Constituinte muitas imperfeições serão corrigidas, Márcio Thomaz disse que se o Brasil

pretende que a próxima Constituição seja a base de um regime democrático estável, ela deve prever reformas como a sindical, urbana, agrária, fiscal e tributária, porque por si só uma constituição não pode criar uma democracia, mas apenas estabelecer "um plano de voo, a base, o início" para um regime democrático que contemple não só os direitos formais ou uma liturgia formal de liberdades, mas os direitos substanciais de cada cidadão.

"Não podemos conviver em pleno fim do século XX com uma Constituição que não seja provida de um conteúdo moderno do ponto de vista econômico e social, suscetíveis da criação de um regime verdadeiramente democrático", concluiu Márcio Thomaz, que manifestou preocupação com algumas posições conservadoras aprovadas pelas comissões. "É preciso continuar uma mobilização nacional, e a OAB está empenhada em se incorporar a todos os movimentos que visam a apresentação de emendas populares para um aperfeiçoamento da proposta final da nova Constituição, sempre com base em posições tomadas nos vários congressos nacionais e internacionais de que a OAB tem participado.